

# **Histórias paranóicas, criados perversos no imaginário literário da Belle Époque tropical**

Sônia Roncador

*V. Ex., que é dotada naturalmente de um espírito fino e tem pela vossa casa o amor arraigado que tem por tudo quanto se possui e governa, não se confiará na boa-vontade de uma pessoa a quem não conhece. Portanto a V. Ex. visitará por imperiosa necessidade, e durante várias vezes ao dia, a cozinha, tendo ocasião de a fiscalisar.*

Sylvino Junior, *A dona de casa: a mais útil publicação em portuguez.*

Com o fim da escravidão no Brasil, a questão da adequação dos escravos libertos às novas relações de produção se impôs como tarefa urgente: não mais forçados ao trabalho pela ameaça de castigos físicos, haveriam, no Brasil da Velha República, que absorver “os valores da previdência, da austeridade, da dedicação, obediência, do progresso individual”<sup>1</sup>. No caso específico dos empregados domésticos, essa tarefa se tornou mais que urgente, visto que com menos autoridade e controle sobre os mesmos, ou com a quebra do pacto “proteção-obediência” característico da relação senhor-escravo<sup>2</sup>, os novos patrões se viram ameaçados pelo contágio das doenças trazidas da rua (ou melhor, dos cortiços, onde passara a habitar grande parte da sua criadagem), assim como pela violência e desonestidade dos empregados, as quais, para as elites brasileiras, eram mera decorrência da condição social, e sobretudo racial da maioria de seus serventes<sup>3</sup>. Uma consequência da perda de autoridade pessoal dos patrões foi a emergência

---

<sup>1</sup> Duarte, “Domesticação e domesticidade: a construção das exclusões”, p. 188.

<sup>2</sup> Graham, *House and street: the domestic world of servants and masters in Nineteenth-Century Rio de Janeiro*, p. 91.

<sup>3</sup> Sobre os surtos de epidemias no século XIX e início do XX (febre amarela, cólera, febre tifóide, sífilis), consultar Graham. Sandra L. “Contagion and Control” (em *House and street: the domestic*

de mecanismos estatais de controle dos empregados domésticos (registros de saúde e matrículas em delegacias de polícia), bem como da produção, e popularidade, de manuais ou guias práticos, que se propunham a auxiliar a dona de casa na “árdua” tarefa de treinar, ou “domesticar” seus criados. A perda de autoridade, e controle, patronal também se refletiu na construção literária dos empregados domésticos como signos de contaminação e violência: enredos de “delitos” físicos e morais como furtos, extravio de cartas, chantagens, perversão dos valores morais burgueses, assassinatos permeiam o universo doméstico das classes dominantes na literatura brasileira do entresséculos XIX e XX.

Neste ensaio, proponho-me analisar esse imaginário literário do medo, ou o que também denomino “histórias paranóicas”, a partir de um dos romances mais importantes, e populares, nos anos em questão, *A viúva Simões* (1897; publicado em folhetim na *Gazeta de Notícias*, em 1895), de Júlia Lopes de Almeida (1863-1934). Por estar convencida de que o tema das criadas literárias em Júlia Lopes não deve ser estudado num vácuo histórico e, portanto, desassociado de outros discursos não-literários sobre a domesticidade, interessa-me aqui estudar *A viúva Simões* juntamente com seu manual para jovens esposas, *Livro das noivas* (1896), bem como outros manuais domésticos em circulação no mesmo período. Autora de uma vasta obra que compreende vários romances, antologias de contos e crônicas, peças teatrais, além de inúmeras traduções, colaborações em jornais e outros escritos não ficcionais como manuais, narrativas de viagem e ensaios, Júlia Lopes foi, ao longo de sua carreira, considerada a escritora e intelectual mais importante dos anos da *Belle Époque* (1890-1914). Não obstante seu prestígio e fama (nacional e internacional), sua obra foi praticamente esquecida após sua morte em 1934, sendo relativamente recente a recuperação, ou re-edição, de alguns de seus

---

*world of servants and masters in Nineteenth-Century Rio de Janeiro*); Chalhoub, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Sobre o pensamento racial científico, e as políticas eugenistas na Belle Époque, consultar Borges, Dain. “Puffy, Ugly, Slothful, Inert: Degeneration in Brazilian Social Thought, 1880-1940”, em *Journal of American Studies* 25, 2 (1993), pp. 235-56; “The Recognition of Afro-Brazilian Symbols and Ideas, 1890-1940”, em *Luso-Brazilian Review*, v. 32, nº. 2 (Winter, 1995), pp. 59-78; Stepan, Nancy Leys. *The Hour of Eugenics: Race, Gender and Nation in Latin America*. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

livros, além de um re-aquecimento da crítica literária sobre o conjunto de sua obra<sup>4</sup>.

Dentre os temas atualmente discutidos sobre a sua obra, parece-me relevante o reconhecimento, por alguns críticos, de sua participação no projeto finissecular de (re)construção, ou modernização da nação, levado a cabo por intelectuais, educadores, profissionais liberais (cientistas, médicos, juristas) e políticos republicanos. Júlia Lopes dedicou-se em seus escritos a denunciar o arcaísmo da instrução e educação sentimental femininas institucionalizadas pela família patriarcal, pois que, segundo ela, impediam a preparação da mulher brasileira para o enfrentamento dos novos desafios sociais, sobretudo para a compreensão “[d]a seriedade da missão de esposas e mães dos futuros cidadãos [da] nova arena política”<sup>5</sup>. A meu ver, como escritora engajada no projeto de conscientização de suas leitoras da missão civilizadora da “mãe republicana”, Júlia Lopes incentivou o medo burguês aos criados, compondo narrativas de violência e contágio físico e moral, para o sucesso de tal projeto pedagógico. Em um outro ensaio sobre essa escritora, tive a oportunidade de examinar as imagens literárias das amas-de-leite e lavadeiras como portadoras perigosas das doenças associadas aos cortiços onde moravam, e trabalhavam<sup>6</sup>. Imagens estas estrategicamente elaboradas para a promoção das teses médicas oitocentistas a favor da maternidade “natural”, ou higiênica, cujo objetivo era, em última instância, transferir para a mãe biológica as responsabilidades atribuídas, no patriarcado, às criadas: a amamentação, a primeira educação dos filhos, os cuidados higiênicos com o corpo e vestuário infantis. Neste ensaio, discuto a apropriação de Almeida do estereótipo da doméstica como *invasora* da privacidade e intimidade do lar (qualidades intrínsecas ao espaço doméstico burguês), em especial a inclusão, em *A viúva Simões*, da doméstica *invejosa*, e, pior, consumidora

<sup>4</sup> *Correio da Roça: romance epistolar* (1913) foi republicado em 1987 pela Presença Edições e Instituto Nacional do Livro; o romance *A intrusa* (1908) foi reeditado em 1994 pela Fundação Nacional do Livro, Dep. Nacional do Livro; finalmente, a Editora Mulheres reeditou *A viúva Simões* (1897) e *A falência* (1901), respectivamente em 1999 e 2003; encontra-se em fase de preparação para reedição, pela mesma Editora Mulheres, o romance *A família Medeiros* (1892).

<sup>5</sup> Sharpe, “O caminho crítico d’*A viúva Simões*”, p. 20.

<sup>6</sup> Trata-se do artigo “O demônio familiar: lavadeiras, amas-de-leite e criadas na narrativa de Júlia Lopes de Almeida”.

(desautorizada, claro) dos bens e hábitos de classe dos patrões, sobretudo das patroas. Em resposta à posição ambígua a que a criada passa a se associar na família burguesa, ou seja, alguém “de fora dentro”, Almeida enfatiza a vigilância da dona-de-casa como parte de suas responsabilidades, sugerindo a transformação da casa em um legítimo “panóptico”<sup>7</sup>.

Vistas como sujas, criminosas, lascivas, supersticiosas e contagiosas, as domésticas se transformaram, aos olhos das classes dominantes, em um obstáculo ao processo de aburguesamento da vida e espaço domésticos que se queria impôr na modernidade. A centralidade que elas adquirem nos escritos de Júlia Lopes revela uma escritora não somente atenta aos debates em torno das crises decorrentes da modernização da vida doméstica, como também interessada em propor soluções às mesmas – soluções estas que, ela e seus editores sabiam, seriam assimiladas por um vasto grupo cativo de leitores, e sobretudo leitoras.

As condições das cidades (cada vez maiores e impessoais), o fato de que muitos empregados domésticos já não faziam parte do clã familiar, ou seja, já não moravam onde trabalhavam, são apenas alguns dos fatores que dificultavam o controle dos patrões sobre seus empregados, e intensificavam a desconfiança que passou a caracterizar a relação entre patrão e empregado doméstico. Na literatura desses anos surge precisamente a figura do *empregado invasor*, um estranho no meio familiar, ou melhor, alguém “de fora dentro” da casa<sup>8</sup>, há muito distante do estereótipo do fiel escravo (a boa mucama, a mãe-preta, o pai João) – espécie de parente pobre na família patriarcal brasileira, segundo o sociólogo Gilberto Freyre. A partir dos esforços de normatização da vida doméstica nos anos da *Belle*

<sup>7</sup> Assim como em “O panoptismo” (em *Vigiar e punir: nascimento da prisão*), Michel Foucault se apropria do panóptico de Bentham para falar das instituições modernas “disciplinares” (prisões, escolas, hospitais, exército). Neste estudo proponho o uso metafórico desse mesmo modelo arquitetônico para uma compreensão da disciplinarização dos empregados domésticos, prescrita por moralistas e higienistas, mas executadas pela dona de casa burguesa.

<sup>8</sup> Sobre a posição, e status ambivalente da doméstica na família burguesa, consultar STALLYBRASS, Peter e WHITE, Allon. “Below Stairs: The Maid and the Family Romance” (em *The politics and poetics of transgression*. Ithaca: Cornell University Press, 1986, p. 150.); Clifford, James. *The predicament of culture: Twentieth-Century ethnography, literature, and art* (Cambridge, London: Harvard University Press, 1988, p. 4.); MCCUSKEY, Brian. “Not at Home: Servants, Scholars, and the Uncanny” (em *PMLA*, v. 121, n.º. 2, mar. 2006, p. 424.).

Época, valores intrínsecos à noção burguesa de “lar” (*home, ménage*), como intimidade e privacidade, vão se incorporando progressivamente à vida familiar brasileira. Em *Ordem médica e norma familiar*, Jurandir Freire Costa explica a importância de tais valores, a partir dos sentimentos de desconfiança e medo aos empregados. Nesse contexto, argumenta Costa, “intimismo familiar” se confunde muitas vezes com “retração do ambiente”, ou seja, uma re-orientação dos movimentos e zonas de acesso dos empregados como resposta ao medo de contágio de doenças e outros “riscos”, tais como furtos, acesso a informações privadas, violência física<sup>9</sup>.

No romance *A viúva Simões*, de Júlia Lopes, a ação se inicia “num domingo de junho de 1891”, único dia da semana em que a protagonista, Ernestina Simões, podia gozar da privacidade de seu lar, e “então respirava de alívio com o silêncio e a ausência dos servos que se revezavam no serviço” (AVS<sup>10</sup>, p. 38). Pois é neste domingo de “silêncio” e “ausência dos servos” que a viúva Ernestina se informa, através dos jornais, da chegada na capital de seu amante da juventude, Luciano Dias (nosso “primo Basílio” tropical). É nesse dia, precisamente, que se re-manifesta na viúva a antiga paixão por Luciano – uma “doidice indiscreta” (AVS, p. 167), nos termos do narrador – o que a leva, no decorrer do romance, a disputar o amante com a própria filha, Sara. Se a viúva Ernestina já sentia seus momentos de privacidade invadidos pela presença de seus empregados, “tão diferente[s] em raças e em educação” (AVS, p. 35), ao envolver-se amorosamente com Luciano, essa sensação torna-se ainda mais frequente, e indesejável. A presença incômoda dos “servos” se faz notar em seus momentos mais íntimos, ou melhor, durante suas entrevistas “secretas” com o amante Luciano: “ficaram alguns segundos calados e imóveis; de repente a moça, resvalando o olhar pelas paredes, pareceu-lhe distinguir o corpo da Simplícia [nome de uma de suas criadas], mal oculto por um reposteiro; levantou-se de chofre e atravessou a sala” (AVS, p. 101).

Embora se queixassem da “vigilância” ou espionagem das “negras da casa” (“até as negras da casa queriam vigiá-la”, desabafa a filha Sara, na página 171 do romance), os patrões não demonstravam o menor pudor

<sup>9</sup> Costa, *Ordem médica e norma familiar*, p. 86.

<sup>10</sup> A sigla AVS, seguida do número de página, será empregada sempre que se fizer referência à obra *A viúva Simões*, de Júlia Lopes de Almeida.

em, por sua vez, também vigiar seus empregados, mesmo quando essa tarefa incluía a invasão da vida pessoal dos mesmos. Dependendo de suas funções, ou seja, de seu acesso às áreas mais íntimas da casa (mucamas), às crianças (amas-de-leite e de criação), ou simplesmente à cozinha (que com os higienistas do século XIX passou a ser associada à saúde da família), os empregados domésticos levantavam a suspeita, e medo, dos patrões que se sentiam compelidos a vigiá-los para o bem estar moral e físico de suas famílias. Reçaía, pois, sobre a dona-de-casa a tarefa de vigiar e controlar os criados, sendo a mesma aconselhada, em vários manuais domiciliares, a exercer parte dos serviços domésticos, assim como a circular por áreas da casa antes destinadas aos escravos (área de serviço, cozinha, quarto da empregada). “O olhar perscrutador da dona de casa, eis o que nunca deve faltar” (AVS, p. 25), lê-se repetidas vezes no manual de Vera Cleser, *O lar doméstico: conselhos para boa direcção de uma casa*<sup>11</sup>. Como revelam esta e outras passagens do mesmo manual, na configuração idealizada do corpo da nova mulher doméstica, privilegiam-se, além das imagens das mãos (símbolo de suas prendas domésticas) e do coração (morada de suas afeições e índole moral), os olhos “perscrutadores” ou vigilantes da dona-de-casa. Os antigos gritos e castigos às mucamas passaram a ser condenados como resquício bárbaro, não civilizado do patriarcado, como também um método obsoleto ou ineficaz para a garantia de respeito e autoridade perante os empregados.

Diante de circunstâncias históricas mais complexas, era necessária, pois, a criação de novas formas de poder, como a “disciplinarização” dos domésticos, que consistia na assimilação de valores burgueses, tais como a higiene, a economia, o gosto pelo trabalho, pela ordem e método, assim como na incorporação de certas maneiras e posturas corporais “servis” (modos de se dirigir aos patrões, maneiras de olhar, andar, de se vestir etc.). Segundo Cleser, o sucesso dessa empreitada dependia precisamente da vigilância permanente da dona-de-casa: “Dar ordens, sem vigiar attentamente se são executadas com esmero, de nada vale; uma criada não fiscalizada é um ente inútil numa casa” (AVS, p. 25). Pois é como dona de casa “vigilante” ou “fiscalizadora” do serviço executado pelos criados que a viúva Ernestina

---

<sup>11</sup> Cleser, *O lar doméstico: conselhos para boa direcção de uma casa*. Decidi manter a ortografia original nas citações dos manuais domésticos oitocentistas que aparecerão ao longo deste ensaio.

é descrita nas primeiras páginas de *A viúva Simões*. “Para não desmerecer nunca do conceito de boa dona de casa”, ou da “fama de menagère exemplar”, Ernestina, no princípio da narrativa, “dedicava-se absolutamente à sua casa”, analisando todo o serviço doméstico “num exame fixo, demorado, paciente, que exasperava os seus cinco criados” (AVS, p. 35):

Levantava-se cedo, percorria o jardim (...) censurava o hortelão pelo menor descuido; via até as mais insignificantes ninharias (...) No interior da casa era um chuveiro de recriminações. A cozinha tomava-lhe horas. Passava os dedos nas panelas e nos ferros do fogão a ver se estavam limpos (...) E era assim em todos os compartimentos, minuciosa, ativa, severa (AVS, p. 36).

Embora pecasse pela “severidade” com seus cinco criados, a viúva acertava, segundo o narrador, em vigiar o trabalho dos mesmos, pois longe de seu escrutínio havia sempre o perigo de “que lhe pusessem fogo à casa!” (AVS, p. 130), como ela mesma confessa a uma tia. Quando se deixa perder em “desejos e idílios” românticos, porém, o seu medo se concretiza:

[Ernestina Simões] passava os dias a pensar nele [Luciano Dias], nuns idílios de menina de quinze anos. Os criados já não sofriam a mesma fiscalização severa. Os armários ficavam abertos, a chave da dispensa nas mãos da Benedita [a cozinheira da família Simões], para regalo da Simplícia, que apreciava os seus copinhos de licor de cacau (AVS, p. 101).

No capítulo “Os criados” de seu manual doméstico *Livro das noivas*, capítulo este dedicado a apresentar soluções para a “queixa” das donas de casa quanto à desobediência e desonestidade de seus empregados domésticos, Almeida condena o hábito da dona de casa brasileira de trancar os armários e dispensas da cozinha – para ela um incentivo à gula, e cobiça dos serventes: “os homens são como os animais... não rouba o cão que é bem alimentado nem devora a caça do caçador o animal que fôr para o campo com o estomago cheio...”<sup>12</sup>. Em outros manuais contemporâneos ao de Almeida, como o acima citado *O lar doméstico*, condena-se igualmente o hábito de alimentar os criados com os restos da comida dos patrões, para não lhes aprimorar o paladar, e a necessi-

<sup>12</sup> Almeida, *Livro das noivas*, p. 126.

dade de uma dieta dispendiosa (o mesmo conselho servia para o perigoso hábito de “presentear” as criadas com as roupas usadas das patroas). Alimentadas, pois, com comida barata, as criadas (“cão”) podiam-se acercar das iguarias (“caça”) mais caras sem que lhes despertasse a vontade de possuí-las. O hábito condenável de trancar os armários e o fato de Ernestina Simões abandonar o posto de dona de casa vigilante contribuem, segundo Almeida, para a infidelidade de seus serventes, ou, ao menos, da criada Simplícia – “magra, baixa, com um focinho de fuinha e olhos pequenos, perspicazes e terríveis” (AVS, p. 35).

A entrada de Simplícia na narrativa já anuncia suas incursões pela casa, ou melhor, pelo quarto de Ernestina, onde a criada mulata furtava os objetos femininos da patroa para realizar suas fantasias de senhora branca:

A areia do jardim rangeu e a viúva voltou para lá a cabeça. Era a Simplícia, que ia lépida, de saias engomadas, procurando cravinas para enfeitar a carapinha, já amarrada com uma fita azul. Quando passou rente à janela, a viúva sentiu o cheiro das suas essências exageradamente impregnadas na mulatinha; fechou os olhos, sentindo preguiça de ralhar por aquela confiança – a rapariga rabeou ligeira por entre os canteiros e sumiu-se (AVS, p. 40).

Embora ridicularizada pelo uso “exagerado” dos perfumes da patroa, Simplícia encarna nessa, e em outras passagens do romance, o protótipo da empregada doméstica *invejosa*. Não se trata, portanto, do antigo emprego retórico dos “servos” como duplos de seus senhores (não obstante a comicidade provocada pelo efeito de “má” cópia da patroa que a atuação de Simplícia parece sugerir). Sua diferença social e racial é propositadamente marcada pelo registro inculto de sua fala, e pelos movimentos de seu corpo associados à visão sexualizada da mulata recorrente na literatura, e pensamento racial da época: “Simplícia voltou, *ondulando o seu corpo de cobra em movimentos preguiçosos*, cantarolando entre os dentes ...” (itálico meu; AVS, p. 171). Uma diferença que a criada tenta, contudo, negar: não aceita ser chamada de negra ou mulata, mas somente pelo eufemismo “moça morena”; insiste em se referir à patroa Ernestina Simões como sua “mamãe” (na ausência da mesma, claro); exhibe seu “capital cultural” burguês através da única frase que domina do idioma francês, e ainda assim mal pronunciada; e, finalmente, como revela a seguinte passagem, limita-se a roubar da patroa somente o que alimenta a sua fantasia de senhora branca:



A Simplicia aproveitava a ausência de Ernestina, enchendo-se de goiabada, queijo do Reino e cálices de licor, muito bem repimpada numa cadeira da sala de jantar... A Simplicia arremedava a senhora na maneira de estar à mesa, movia com delicadeza o cálice e dava dentadinhas pequenas no doce, sorrindo da sua finura, a remoer idéias (AVS, p. 125).

Em seu ensaio “Entre nós mulheres, elas as patroas e elas as empregadas”, sobre a relação entre patroas e empregadas domésticas no Brasil, a antropóloga Maria Suely Kofes de Almeida examina a “difícil identidade” entre patroa e doméstica ou, como ela prefere denominar, “uma nebulosidade” pois que a empregada executa na casa as tarefas que, na sua ausência, seriam realizadas pela patroa. Além das responsabilidades domésticas, o consumo de bens da patroa (nas passagens acima citadas, roupas e adornos para o cabelo, perfumes, iguarias finas, além de noções de etiqueta) passa na modernidade a ser um outro fator de nivelamento (embora aparente) entre mulheres de distintas classes sociais. Conseqüentemente, os fatores igualitários entre criadas e patroas tendem a ser por estas negados, para que predomine na relação de ambas a diferença social, ou para que a empregada aprenda “qual é o seu lugar”. Conforme ainda argumenta Kofes, “como se a organização familiar fosse ameaçada no monolitismo de seus papéis e na sua função de reprodutora social”, a patroa também impõe “como condição à presença da empregada a sua assexualidade”<sup>13</sup>. Observa-se, nesse sentido, a preocupação em vários manuais domésticos com respeito à aparência física das empregadas domésticas, e as dicas de controle do corpo das mesmas (sua higiene, marcas de sua sexualidade/feminilidade) decorrentes dessa preocupação. Em *O lar doméstico*, de Vera Cleser, por exemplo, lê-se: “Acostumai-a [a doméstica] a usar de calçado leve e de um collete mui pouco apertado, para dar ao busto a decencia e a dignidade perfeitamente compatível com um vestido de riscado”<sup>14</sup>. Além de decentes, deveriam as criadas receber orientações de higiene corporal, pois “causam-me arrepios de repugnancia estas bortalheiras rotas e sujas, que nunca lavam o corpo com sabão e somente penteiam o cabelo quando vão à missa, isto é, uma unica vez por semana”<sup>15</sup>.

<sup>13</sup> Almeida, “Entre nós mulheres, elas as patroas e elas as empregadas”, p. 193.

<sup>14</sup> Cleser, *O lar doméstico*, p. 244.

<sup>15</sup> Id., p. 18.

Dada a carência de escolas de treinamento de domésticos na Velha República, e a falta de regulamentação dessa profissão na Constituição de 1891, autores de diversos manuais discutiram maneiras de treinar, ou, talvez mais adequado ao tom desses manuais, “domesticar” os empregados. Além da fiscalização do serviço doméstico, fazia-se da dona de casa a responsável pela absorção dos criados de noções burguesas de higiene; pela internalização de uma coreografia corporal da subserviência; assim como o aprendizado das tarefas domiciliares, segundo os padrões de competência estabelecidos pelas classes dominantes. No entanto, como o objetivo último desses manuais era na realidade educar a própria patroa (os manuais para domésticas no Brasil aparecem somente no século XX), a discussão em torno da domesticação dos criados é toda ela perpassada pela ênfase na exemplaridade da dona de casa. Para Sylvino Junior, autor do manual *A dona de casa: a mais util publicação em portuguez*, uma educação eficaz aos domésticos exigia primeiramente uma dona de casa eficiente, metódica, asseada, vigilante, enfim uma dona de casa exemplar, já que “a criada inferior em raça e em educação procura imitá-[la] e começa por ser limpa, própria, grave e obediente... é uma tendência fatal esta: o inferior procura sempre imitar o superior...”<sup>16</sup>. Em seu capítulo “A arte de educar a criada”, Cleser enfatiza as “maravilhas” que o “exemplo da ordem e da actividade” produz no “aperfeiçoamento” das domésticas; além disso, somente a dona de casa exemplar pode “exigir obediência, pontualidade no serviço e cuidado no gasto dos generos alimenticios, etc”<sup>17</sup>, ou, em outras palavras, exercer plenamente sua autoridade patronal.

É interessante observar em *A viúva Simões* que os furtos de Simplícia intensificam-se não somente pela negligência de Ernestina em fiscalizar os criados, como também por seu próprio processo de “degradação” moral: sua vaidade, voluptuosidade, nervosismo, além das “faltas” domésticas enquanto mãe e dona de casa. De fato, na cena subsequente à passagem acima citada, em que Simplícia se embebeda com cálices de licor e se empanturra com goiabada e queijo, ela afronta sua patroa – em parte pelo efeito do álcool, mas em parte também por conhecer o segredo amoroso de Ernestina (fato este que a desautorizava diante da criada). Ao

<sup>16</sup> Sylvino Junior, *A dona de casa: a mais util publicação em portuguez*, p. 65.

<sup>17</sup> Cleser, *op. cit.*, p. 239.

insinuar à patroa seu conhecimento de tal segredo, esta, “colérica, ergu[e] a mão para bater na negrinha” (AVS, p. 126), ao que Simplícia lhe responde: “ – Iaiá, já não sou sua escrava! Se a senhora não me fizé as vontades eu juro em como vou direitinha dizê tudo a nhá Sara: que seu Luciano tem raiva dela, e que dá beijinhos na senhora!...” (AVS, p. 127).

Publicado pela primeira vez em 1895, *A viúva Simões* revela de modo contundente a crise de autoridade patronal nos lares das classes média e alta, durante os primeiros anos da República. A criada Simplícia encarna a uma só vez os estereótipos da empregada invasora da privacidade e intimidade burguesas, e invejosa do lugar da patroa. A ênfase na sua sexualidade “de mulata” poderia, ainda, colocá-la em posição de disputa do lugar de esposa/amante, não fosse a viuvez de Ernestina. Além de Simplícia, trabalham no *chalet* da família Simões outros criados cujo comportamento, à exceção da fiel cozinheira Benedita, reforça a perda da autoridade pessoal dos patrões. A (humilhada) Ernestina da cena acima citada precisa ser lembrada pela própria criada de que já não mais se garantia, através de castigos físicos, uma posição de autoridade perante os empregados domésticos: “– Iaiá, já não sou sua escrava!”.

Embora imagens de domésticos perversos, violentos, desonestos, infectados recorressem nos escritos literários e não literários da *Belle Époque*, vale, no entanto, lembrar que tais imagens já eram conhecidas do público leitor oitocentista, exposto a um variado repertório de imagens literárias dos escravos – dentre estas, o escravo infiel, e ameaçador da integridade física e moral da classe senhorial. Talvez tenha sido a peça teatral *O demônio familiar* (1857), de José de Alencar, um dos textos pioneiros na literatura brasileira a retratar o escravo, em particular o escravo doméstico, como ameaça à corrupção do bem-estar e costumes familiares. Apesar da configuração cômica do escravo nessa peça, e não obstante as próprias convicções políticas do autor<sup>18</sup>, em *O demônio familiar* Alencar legitimou um perfil do escravo (desonesto, imoral, destruidor da paz doméstica) que mais tarde inspiraria o que Brito Broca denominou a orien-

---

<sup>18</sup> Para uma revisão das convicções pró-escravocratas do político José de Alencar, ler CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis historiador* (São Paulo: Companhia das Letras, 2003), mais especificamente o capítulo 4 do livro, “Escravidão e cidadania: a experiência histórica de 1871”, pp. 131-291.

tação “realista” (vs. romântica) da literatura abolicionista<sup>19</sup>. Segundo Roberto Ventura, a perversão dos escravos era para os abolicionistas um efeito da escravidão, ou cativo, “visto como ‘cancro’ ou ‘infecção moral’”<sup>20</sup>. E como este e outros críticos argumentam, num movimento particular ao pensamento anti-escravagista brasileiro, de vítimas os escravos passavam a algozes, pois que bestializados pelo cativo não hesitavam em praticar, por inveja ou vingança, atos de violência contra seus senhores. No caso dos escravos domésticos, havia o risco de transmissão dos valores pouco castos adquiridos no cativo, em particular aos membros “vulneráveis” da família patriarcal (o sinhôzinho e a sinhá-moça), além de confabulações de intrigas que fragilizavam a paz doméstica, como é o caso da peça de Alencar.

Mas ao contrário do que argumentavam os abolicionistas, o fim da escravidão não superou o medo das elites de seus criados. Na verdade, como tentei aqui demonstrar, esse medo se intensificou com o fim do sistema escravagista. Em primeiro lugar, o antro do cativo foi simplesmente substituído no imaginário das elites pelo submundo dos cortiços. A renovação da vida doméstica, ou sua modernização, iniciada no Segundo Império mas levada a cabo nos anos da Velha República, contribuiria também para aumentar a desconfiança dos patrões em relação a seus empregados domésticos. Associados às doenças, sujeira, criminalidades e outros males da classe baixa, o empregado doméstico tornou-se uma espécie de classe incômoda, ou pior, inimiga do projeto de modernização, ou civilização da vida e espaço domésticos, idealizado pelas elites na virada do século. Contudo, ainda que incomodados ou temerosos, os patrões não abriram mão dos serviços de suas criadas. Embora associadas às enfermidades epidêmicas, criminalidades e outros males dos cortiços, as domésticas, no entanto, constituíam nos anos da *Belle Époque* a maior porcentagem de mulheres no mercado de trabalho – em 1870 elas correspondiam a 71% da mão-de-obra feminina, contra 76% em 1906<sup>21</sup>. De manufaturadoras dos bens ainda não

---

<sup>19</sup> Broca, “‘O bom escravo’ e ‘vítimas-algozes’”, pp. 271-3. Dentre alguns exemplos dessa orientação, destacaria o romance *A escrava Isaura* (1865), de Bernardo Guimarães (que justifica a nobreza do caráter da protagonista Isaura por seus traços fenotípicos europeus, e pela educação recebida longe do antro do cativo) e a coletânea panfletária *As vítimas-algozes: quadros da escravidão* (1869), de Joaquim Manuel de Macedo.

<sup>20</sup> Ventura, *Estilo tropical*, p. 46.

<sup>21</sup> Graham, *op. cit.*, p. 186.

disponibilizados no mercado (sabão, velas, roupas), as famílias na *Belle Époque* transformaram-se em “unidades de consumo”<sup>22</sup> – fato este que teria simplificado bastante o serviço doméstico. Ainda assim, segundo as estatísticas fornecidas por Sandra Graham, a popularidade do emprego de domésticas não pareceu haver sofrido alterações.

O emprego de perfis assustadores de criadas foi um recurso comum nos projetos literários de educação feminina para o lar, que criaram narrativas paranóicas de contágio e violência para lograr das leitoras uma conscientização de suas responsabilidades domésticas. Se os domésticos não desapareceram das moradas burguesas, mediante a vulnerabilidade e o medo da classe dominante, é porque tampouco deixaram de representar, não obstante tal medo, status e conforto para essa classe. Além disso, a presença de uma doméstica para a execução do serviço “grosseiro” (limpeza, cuidados higiênicos, cozinha) foi útil para a consolidação da nobre “missão de mãe e esposa” na República. A normatização do serviço doméstico decorrente da ascensão da família burguesa, e transmitida através de distintos discursos sobre a domesticidade (manuais domésticos, guias médicos populares, romances de conduta), elaborou-se a partir de uma oposição hierárquica entre as tarefas morais (associadas à “mulher doméstica”, ou seja, a esposa/mãe/dona de casa) e aquelas manuais (geralmente sob a responsabilidade de uma criada). No Brasil, a maternidade (branca) pôde se associar à função civilizadora graças ao cumprimento por uma ama, geralmente negra ou mestiça, das tarefas maternas consideradas “grotescas”, ou anti-higiênicas. Enquanto à mãe branca, legítima, cabia a nobre tarefa de educar (civilizar) seus filhos, ficava então reservado às mães negras de criação o serviço “degradante” da maternidade, ou seja, a lavagem de roupas, os cuidados higiênicos das crianças, e, até o fim da monarquia, a amamentação. Estes são apenas alguns fatores que contribuíram para a sobrevivência de uma classe (os criados) que, apenas emergida com o fim da escravidão, já se ia tornando obstáculo para o que mais almejava a burguesia: a realização de seus sonhos de civilização; fatores estes que fizeram da empregada doméstica uma espécie de “mal necessário” na vida doméstica burguesa em ascensão nos anos da *Belle Époque* tropical.

<sup>22</sup> Besse, *Restructuring patriarchy*, p. 18.

## Referências bibliográficas

- ALENCAR, J. M. *O demônio familiar*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação, Ministério da Educação e Cultura, 1957. [1ª. ed.: 1857].
- ALMEIDA, J. L. *Livro das noivas*. 4ª. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Livraria Francisco Alves; Paulo de Azevedo e Cia., 1926. [1ª. ed.: 1896].
- \_\_\_\_\_. *A viúva Simões*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1999. [1ª. ed.: 1897].
- ALMEIDA, Maria Suely Kofes de. “Entre nós mulheres, elas as patroas e elas as empregadas”, em \_\_\_\_\_ et al. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. pp. 185-94.
- BESSE, S. *Restructuring patriarchy: the modernization of gender inequality in Brazil – 1914-1940*. Chapel Hill; London: The University of North Carolina Press, 1997.
- BROCA, B. “‘O bom escravo’ e ‘vítimas-algozes’”, em \_\_\_\_\_. *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos: vida literária e romantismo brasileiro*. São Paulo: Polis, 1979. pp. 271-3.
- CLESER, V. *O lar doméstico: conselhos para boa direcção de uma casa*. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1917.
- COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- DUARTE, A. L. “Domesticação e domesticidade: a construção das exclusões”, em *Tempo Social*. Rev. Sociol. USP, v. 4, nº 1-2. São Paulo, 1992, pp. 183-98.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Trad. de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – v. 1*. 45ª. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2001.
- GRAHAM, S. L. *House and street: the domestic world of servants and masters in Nineteenth-Century Rio de Janeiro*. Austin: University of Texas Press, 1992.
- RONCADOR, Sônia. “O demônio familiar: lavadeiras, amas-de-leite e criadas na narrativa de Júlia Lopes de Almeida”. *Luso-Brazilian Review*. 44.1, Spring 2007.
- SHARPE, P. “O caminho crítico d’A viúva Simões”, em ALMEIDA, J. L. *A viúva Simões*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1999. pp. 9-26.
- SYLVINO JUNIOR. *A dona de casa: a mais útil publicação em português*. Rio de Janeiro: Domingos de Magalhães editor, 1894.
- VENTURA, R. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil – 1870-1914*. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Recebido em abril de 2007.

Aprovado em junho de 2007.